

COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - O EXEMPLO DA COAPECAL

Bruno Soares ABREU¹

Geraldo Moura BARACUHY NETO

Patrícia Soares ARAÚJO

Péricles Tadeu da Costa BEZERRA

Silvana FERNANDES NETO²

RESUMO

Este trabalho introduz alguns conceitos básicos de cooperativismo como ponto de partida para a inclusão social e desenvolvimento socioeconômico local, tendo como base a realização de um estudo de caso em uma microbacia leiteira no interior do Estado da Paraíba. Sabe-se que a implantação de um sistema cooperativista como modelo socioeconômico de desenvolvimento tem a capacidade proporcionar a uma determinada localidade, ganhos significativos na desenvoltura de suas atividades. Desta maneira, torna-se necessário que o cooperativismo seja considerado uma realidade capaz de solucionar problemas de desenvolvimento socioeconômico local, mediante o compromisso das cooperativas cumprirem seus principais objetivos estabelecidos e adquiram uma nova forma de organização baseada na singularidade de seus princípios.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, cooperativismo, inclusão econômico e social.

ABSTRACT

This work introduces some basic concepts of cooperatives as a starting point for social inclusion and local social and economic development, based on a study of micro-case in a dairy within the state of Paraíba. It is known that the deployment of a cooperative system as a model of social and economic development has the ability to provide a given locality, significant gains in of their development activities. Thus, it is necessary that the cooperative is considered a reality capable of solving problems of local social and economic development through the commitment of cooperatives meet their main objectives set and acquire a new form of organization based in the singularity of its principles.

Key Words: Local development, cooperative, economic and social inclusion.

¹ Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: abreu.ufcg@gmail.com

² Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: silfeneto@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O termo "cooperativismo" advém da palavra "cooperação", originada do latim "cooperari", que significa "operar conjuntamente". Desta forma, cooperativismo pode ser entendido como um movimento que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperados e remunerem cada um deles. O cooperativismo é definido como uma doutrina econômica que atribui às cooperativas um papel primordial. Já uma cooperativa, segundo o Dicionário Aurélio (1997), é uma sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.

De acordo com Sandroni (1996), há a seguinte relação entre cooperativismo e cooperativa:

Cooperativismo: Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. O cooperativismo pretendeu representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo. No Brasil, o cooperativismo iniciou-se no final do século XIX, principalmente no meio rural. Atualmente, é regulamentado por leis especiais e subordinado ao Conselho Nacional de Cooperativismo, órgão do Ministério da Agricultura. Conta, ainda, com uma instituição financeira especial, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Cooperativa: Empresa formada e dirigida por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalistas de caráter monopolístico. No Brasil, a formação de cooperativas é regulamentada por Lei desde 1907. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional.

Segundo o SEBRAE (2008), o sistema cooperativista parte dos seguintes princípios:

Adesão voluntária e livre – abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem qualquer tipo de discriminação;

Gestão democrática pelos membros – organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões;

Participação econômica dos membros – os sócios contribuem equitativamente para o capital das cooperativas e controlam esse capital democraticamente, destinando os excedentes à algumas finalidades, tais como: desenvolvimento da cooperativa, benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa, apoio a outras atividades aprovadas em Assembléia;

Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas que asseguram controle democrático por parte de seus membros, mantendo a autonomia da cooperativa;

Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas;

Intercooperação – trabalham em conjunto através de estruturas locais, regionais e internacionais, fortalecendo o movimento cooperativo;

Interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros.

A cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade. Assim, resgatando a cidadania dos mesmos, mediante o exercício da democracia, da liberdade e autonomia, no processo de organização da economia e do trabalho, tendo como principais beneficiários produtores/trabalhadores, organizações associativistas de produtores rurais e suas entidades representativas e cooperativas em geral.

O referente estudo discorre sobre o surgimento, evolução e o papel do sistema cooperativista no desenvolvimento regional do Cariri Oriental paraibano. Para substanciá-lo, foi desenvolvido um estudo de caso na COAPECAL – Cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda, onde foram realizadas entrevistas com fundadores e atuais diretores da mesma mediante a visita às instalações da usina de beneficiamento de leite.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro remontam ao final do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgem às primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB, 1996).

A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1996).

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário.

3. PANORAMA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO NORDESTE

Atualmente, o cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei nº. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. A mesma exige um número mínimo de vinte sócios para a sua constituição e é representado, formalmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em nível nacional e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada Unidade da Federação.

O esforço de revitalização das práticas cooperativas no Brasil se inscreve dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor. Entretanto, conforme Schneider (1998), a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo expressa a dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira.

O nordeste brasileiro caracteriza-se por ser uma região de contrastes, marcado por forte heterogeneidade e complexidade não somente em termos de clima, vegetação, topografia e cultura, mas, especialmente, em termos econômicos. Essa região convive, simultaneamente, com situações de extrema pobreza, típicas de países subdesenvolvidos, com níveis de produção e consumo semelhantes aos dos países de capitalismo avançado (ARAÚJO, 1997).

Conforme Mc Intyre (1997), a história do cooperativismo nordestino, nesse contexto, evidencia os mesmos contrastes, reproduzindo um modelo concentrador e

excludente que teve numa estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agroexportador como sua base de sustentação. Nesse sentido, grande parte das cooperativas rurais no Nordeste esteve organizada a partir de uma estrutura de classes, na qual os postos de comando sempre estiveram preenchidos pelos grandes proprietários e pelas lideranças políticas locais e regionais, atendendo a benefícios de pessoas e de grupos específicos. Eis a razão pela qual, o cooperativismo nordestino foi identificado como instrumento de controle e não de mudança social, tendo servido, muitas vezes, como instrumento de transferência de recursos financeiros para os produtores.

Para Silva (2000), tais questões trouxeram repercussão direta para o campo da gestão das cooperativas agrícolas. A carência de planejamento a curto e médio prazo, associado a uma fraca capacidade de investimento de capital, utilização de mão-de-obra sem qualificação e controle financeiro-contábil condicionaram um baixo nível de competitividade e conseqüentemente de capitalização das cooperativas, notadamente nas de pequeno porte.

Constata-se, hoje, no Nordeste, um esforço de revitalização das práticas cooperativas, através dos diversos fóruns realizados em vários Estados, na sua grande maioria, promovidos pelas entidades representativas do cooperativismo e pelas universidades, sobretudo no que diz respeito à formação do seu quadro social e à capacitação dos seus dirigentes. Assim, cada vez mais, as cooperativas, independentemente de onde estejam localizadas, terão que se capacitar e reformular suas práticas democráticas no processo de auto-gestão, passando pela apropriação de ferramentas adequadas de gestão organizacional que lhes permitam ocupar um espaço de destaque no mercado local, regional e nacional.

4. O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

O cooperativismo brasileiro está estruturado em treze ramos, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, mineral, produção, infra-estrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte de cargas e passageiros (OCB, 1997).

Com a proliferação de cooperativas singulares e ante a modernização e industrialização do setor agrícola na década de 70 e 80 surgiram, então, várias centrais de cooperativas (federações) nos estados brasileiros, as quais tinham por finalidade ter um maior ganho de escala nas atividades, com a horizontalização e verticalização das atividades de produção, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários.

Tais centrais atuavam na cadeia produtiva do algodão, soja, milho, leite, frango, dentre outros produtos. Um fato a destacar é que estas centrais (federações) não conseguiram estabelecer um processo de intercooperação capaz de originar uma confederação regional ou nacional.

É importante sublinhar que, durante a década de 90, verificou-se que o número de cooperativas agrícolas apresentou bastante estabilidade, tendo havido um crescimento de apenas 13,3% no número destas organizações ao longo do período considerado. Há que se considerar, inclusive, que, entre 1993 e 1995, observou-se uma involução no número das cooperativas agrícolas no Brasil. Somente a partir de 1999 constatou-se um discreto aumento no número de cooperativas do setor agrícola. Tal fato provocou uma queda na participação deste ramo no cooperativismo nacional (OCB, 2002).

Em 1990, havia 1400 cooperativas agrícolas, as quais representavam 39,2% das cooperativas do Brasil, sendo que em 2001 registrou-se 1.587 cooperativas, as quais correspondiam a 22,6% do total de cooperativas do Brasil. Por sua vez, o número de associados às cooperativas agrícolas em 2001 era de 822.292 cooperados, os quais representavam 17,2% do total de cooperados brasileiros. As cooperativas do setor agrícola detiveram, no ano 2000, uma importante parcela de atuação nas cadeias produtivas, tornando-as responsáveis pela produção de 62% do trigo, 44% da cevada e 28% da soja do Brasil (OCB, 2002).

Ainda conforme OCB, quanto aos principais produtos da pauta de exportação destacam-se, em ordem decrescente: açúcar, café, soja e carne, o que denota o baixo valor agregado das exportações das cooperativas do setor. Já o volume de exportações apresentou um crescimento de 72,3% entre 1990 e 2001, passando de U\$ 657 mil dólares para U\$1.132 no referido período. Não obstante o aumento do faturamento com exportação houve uma tendência na diminuição do número de cooperativas exportadoras neste período.

No que diz respeito à variação do volume de exportações observada ao longo da década de 90 decorreu de vários fatores internos e externos à organização, envolvendo aspectos relativos ao tamanho da safra nacional e internacional, política de preços internacional, políticas de estímulo à exportação e diferença cambial, entre outros aspectos.

Contudo, o processo de modernização e industrialização da agricultura fez emergir outros setores do cooperativismo nacional, como as cooperativas de crédito e o de saúde, na década de 70 e 80. Neste ínterim, o setor industrial e de serviços passam a ser os

principais responsáveis pelo PIB brasileiro, incrementando a participação, em termos percentuais, das cooperativas de trabalho no setor cooperativo nacional.

5. COOPERATIVISMO: RELAÇÃO COM O ESTADO

Os maiores ramos do cooperativismo brasileiro até a década de 80 – o agrícola e o de crédito – tinham por principal fonte de financiamento externo os recursos governamentais. A redução dos recursos orçamentários governamentais face à crise que abateu o Estado Brasileiro a partir de então, aliado ao processo inflacionário crescente, fez com que os recursos financeiros destinados às cooperativas minguassem e o endividamento aumentasse (SILVA, 2000).

Concomitantemente a isto, ainda segundo Silva (2000), o fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, a redução contínua do preço das *commodities* agrícolas, além de graves problemas administrativos, desencadearam uma grande crise financeira nas cooperativas agrícolas, resultando no fechamento de muitas delas.

Para mitigar os efeitos do processo de endividamento contínuo e crescente, o Governo Federal, no final da década de 90, lançou o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – RECOOP, visando à reestruturação das cooperativas endividadas. O RECOOP engloba além de aspectos tradicionais para soerguimento do empreendimento – como os de ordem técnica e econômico-financeira – uma proposta inovadora que contempla a capitalização continuada da cooperativa, inclusive prevendo a fusão, desmembramento, incorporação ou associação a empresas não cooperativas, além da profissionalização da gestão cooperativa, organização e profissionalização dos cooperados.

Ante ao conjunto de exigências demandadas pelo Governo Federal para o enquadramento no RECOOP até o ano 2001, apenas um pequeno número de organizações, situado em sua grande maioria na região Sul e Sudeste do país, foi contemplado por este programa.

O Governo (federal, estaduais e municipais), de maneira geral, tem tratado as cooperativas de modo análogo ao das empresas mercantis, sendo as cooperativas do ramo de trabalho e saúde as mais afetadas, ante a quantidade de tributos e o seu impacto sobre o faturamento bruto, acarretando graves problemas de competitividade para as organizações. Assim, uma das grandes dificuldades com que se deparam as cooperativas brasileiras são os elevados percentuais de tributos, federais, estaduais e municipais.

6. COOPERATIVISMO E COOPERATIVAS: UM ESTUDO DE CASO – O MUNICÍPIO DE CATURITÉ/PB

Caturité está localizado na porção sudeste do estado da Paraíba, entre as coordenadas geográficas de 7°28'58" a 7°21'33" de latitude Sul e 36°07'43" a 35°59'56" de longitude Leste. Conforme o IBGE (2006), a cidade apresenta uma população de 4.473 habitantes, com densidade demográfica atingindo 37,84 hab/km², distribuídos por uma área territorial de 118,2 km², o que representa 0.209% do Estado da Paraíba.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 405 metros, distanciando 135km da capital João Pessoa.

Caturité encontra-se na Microrregião Geográfica do Cariri Oriental do Estado pertencente à Unidade Geoambiental do Planalto da Borborema. Esta unidade é formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos, estreitos e dissecados, recortados por rios perenes, porém de pequena vazão. Ainda o potencial de água subterrânea é considerado baixo.

Quanto à composição florística, a unidade apresenta uma floresta sub-caducifólia e caducifólia, próprias das áreas agrestes.

O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro.

O município encontra-se inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraíba, entre as regiões do Médio e Alto Paraíba. Seus cursos d'água têm regime de escoamento intermitente e padrão de drenagem do tipo dendrítico.

Uma das principais atividades econômicas da região Nordeste é a pecuária que ocupa grandes porções da área regional, empregando grande parte da população, contribuindo de maneira ponderável para o abastecimento de alimentos às populações urbana e rural e ainda, colaborando na participação da renda regional.

Instalada no Município de Caturité, a COAPECAL foi fundada em agosto de 1997 por um grupo de pequenos produtores de leite. Atualmente agrega cerca de 1.160 fornecedores, possuindo como diferencial o controle exercido sobre o leite desde a fazenda até os pontos de revenda sem intermediários.

A COAPECAL surgiu em virtude das dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas do Cariri Oriental paraibano na busca de encontrar soluções viáveis para enfrentar problemas oriundos da falta de investimento público no setor, escassez de chuvas, elevados preços das

rações, baixo preço do leite praticado e ainda a concorrência de mercado com outras empresas. Estas empresas deixaram de comprar a produção leiteira do Estado e passaram a comprar em outros, deixando os produtores sem opção de escoar sua produção no mercado.

A idéia de criar uma Cooperativa de Beneficiamento de Leite surgiu no final do ano de 1996, em uma reunião com alguns pecuaristas da localidade de Caturité. Na ocasião se discutia uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida daqueles que sobreviviam da pecuária no município, surgindo assim de alguns pequenos agricultores a sugestão de criar algo que objetivasse um melhor favorecimento da comercialização do leite produzido pelos mesmos.

Antes mesmo do surgimento da COAPECAL várias dificuldades foram encontradas, dentre as quais a sua composição formal e o acesso a linhas de crédito. Foram realizadas cerca de 35 reuniões com a participação de aproximadamente 300 produtores da região, visando cumprir as determinações vigentes na Política Nacional de Cooperativismo em sua lei Nº 5.764 de 16 dezembro de 1971 que faz necessário a participação de no mínimo 20 integrantes sendo estes pessoas físicas e excepcionalmente é permitida a admissão de pessoa jurídica que tenha por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. Mesmo com o grande número de participantes presentes nas reuniões, poucos acreditavam na viabilidade da implementação e perpetuação deste projeto.

A Cooperativa foi fundada e registrada no mês de agosto de 1997, sendo que nesta época a mesma beneficiava apenas 2.500 litros de leite por dia provindos dos pequenos produtores das proximidades. Atualmente a COAPECAL beneficia cerca de 55 mil litros de leite por dia, advindos de 28 municípios do Estado, abrangendo aproximadamente 1.160 produtores.

A presença da COAPECAL na região do Cariri Oriental vem fornecendo inúmeros empregos indiretos, uma vez que, com o aumento da produção leiteira se faz necessário gerar novos postos de trabalho para prestar assistência técnica nas fazendas. Os empregos gerados de forma direta chegam a mais de 150 funcionários com vínculo empregatício. Com relação aos empregos de ordem indireta estima-se que existam aproximadamente 1.160 indivíduos envolvidos no projeto.

Para o sucesso da Cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda, podem-se enfatizar aspectos relacionados às certificações e normalizações exigidas pelo Ministério da Agricultura. A elevação na quantidade de leite beneficiada é devido, também, ao apoio

oferecido pelo Governo Federal através do Programa do Leite, sendo este uma ação que faz parte do programa Fome Zero, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Para o funcionamento do Programa, 80% dos recursos são oriundos do Ministério da Segurança Alimentar e 20% do Governo Estadual.

A região de Caturité configura-se pelo dinamismo econômico, ligada essencialmente à presença de uma importante bacia leiteira. Essa bacia abrange o município de Caturité, grande parte do município de Boqueirão, parte de Barra de Santana (a região de Tanques) e, de forma marginal, a parte nordeste de Cabaceiras, na divisa com Boqueirão.

Entre os atores econômicos presentes na região, os mais importantes são os produtores de bens, localizados essencialmente no meio rural. Entre eles, destacam-se os produtores agropecuários e também os artesãos. Os outros atores econômicos, nos serviços e no comércio, estão mais ligados ao setor urbano.

Dentre os fatores que explicam a presença dessa cooperativa, os mais relevantes são a sua localização, próximo à BR-104, entre os municípios de Queimadas e Boqueirão, o que permite um rápido escoamento da produção em direção a Campina Grande, João Pessoa e outros municípios da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O beneficiamento leiteiro realizado pela COAPECAL é um dos responsáveis pelo aumento do PIB do município. Fácil de entender: ali se desenvolveu a COAPECAL, que figura entre as grandes empresas estaduais. É bem verdade que o crescimento estupendo dessa empresa deve-se muito ao Programa do Leite da Paraíba, e que de 2003 para cá teve um importante incremento. Hoje, Caturité desponta entre os maiores PIB's do estado, como também, logicamente entre os maiores PIB/Per capita.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena cidade de Caturité encontra-se a uma distância de 160 km da capital do estado, tendo uma população de aproximadamente 4.200 habitantes. As principais fontes de renda são a pecuária e os serviços públicos.

A irregularidade das chuvas presenciada no Cariri Paraibano desfavorece os residentes da zona rural, a prática da agricultura comercial e até mesmo a prática da agricultura de subsistência, “forçando” o desenvolvimento da pecuária leiteira.

Caturité tem se destacado cada vez mais neste setor, apresentando-se como um fornecedor de produtos derivados de leite para todo o estado paraibano, abastecendo assim inúmeros estabelecimentos comerciais. A contribuição deste fenômeno está no fato de

existir naquela localidade uma cooperativa de produtos dessa espécie que explora de forma racional a atividade leiteira, gerando assim para os indivíduos ali residentes, os recursos necessários a sua sobrevivência na localidade e transformando a região numa importante bacia leiteira.

Um elemento de destaque na atividade econômica do município, incorporado pelo desenvolvimento da produção leiteira está relacionada com a geração de inúmeros empregos e rendas diretos e indiretos. Isto vem melhorando a qualidade de vida dos pecuaristas da região, bem como de grande parte da população deste município, promovendo a interligação iniciada com a aquisição do leite advindo dos rebanhos de pequenos e grandes produtores até a comercialização do produto final.

Outro fator observado após a implantação da COAPECAL refere-se a diminuição do fluxo migratório que se verificava antes naquele município, principalmente entre os atuais funcionários diretos e indiretos da COAPECAL, a maioria deles migraram principalmente para a região Sudeste.

Para chegar ao sucesso expresso hoje pela COAPECAL a mesma passou por obstáculos que não poderiam deixar de serem mencionados. Inicialmente a própria população não destinava à devida credibilidade as idéias dos cooperados, posteriormente a falta de financiamento por parte das instituições financeiras de crédito contribuíram como forma de entrave ao desenvolvimento desta cooperativa.

Outro tipo de dificuldade encontrada refere-se ao entendimento, por parte dos próprios cooperados, do papel da cooperativa. Muitas cooperativas surgem com idéias muito boas, mas não conseguem permanecer pela dificuldade da conscientização, de como funciona e da paciência que se deve ter para alcançar resultados. O que primeiramente deve ser pensado é que a cooperativa é uma empresa comum como qualquer outra, onde toda burocracia é exigida com exceção dos impostos federais que não são cobrados, mas em compensação ela tem de ter uma contabilidade transparente.

O cooperativismo brasileiro, através da literatura nacional e de seus órgãos de representação, revela a preocupação com a modernização e com a revitalização das práticas cooperativas, seja para atender aos apelos econômicos da globalização, seja para atender aos apelos éticos da contemporaneidade, especialmente no que diz respeito à ampliação da democracia. Isso significa que, particularmente num país como o nosso, o cooperativismo traz em si duplo apelo: de emancipação econômica e de emancipação política.

Os dados obtidos por esta pesquisa indicam que o “ser cooperativista” traduz não apenas um critério meramente econômico, mas vem junto com um “código” apreendido continuamente na prática cotidiana e que se reproduz em efeitos culturais presentes nas formas de ajuda mútua, do associativismo e da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local.

As informações das diferentes regiões do país remetem à compreensão do associativismo cooperativismo como alternativa possível para alavancar processos de geração de renda e trabalho através de alianças e parcerias.

Apesar das dificuldades, hoje, é possível observar que o cooperativismo brasileiro se inscreve numa nova perspectiva histórica do país que coincide com as mais recentes conquistas democráticas.

Neste sentido, é possível afirmar que o futuro do cooperativismo está condicionado aos encaminhamentos das questões mais amplas pela sociedade brasileira. Percebe-se, entretanto, um novo vigor às discussões sobre o futuro do cooperativismo brasileiro a partir do esforço entre os órgãos de representação, gestores, membros associados, órgãos públicos e intelectuais – em procurar redefinir o perfil e reconquistar a credibilidade do cooperativismo junto ao conjunto da sociedade.

O papel da academia, nesse conjunto de esforços, deverá ser inestimável, representando uma maior aproximação com o movimento cooperativo. Os “programas de incubadora” constituem um sinal evidente nessa direção. Tais programas contemplam projetos de apoio e capacitação voltados aos gestores e demais membros de cooperativas dos mais diversos segmentos com o objetivo de criar e dinamizar as possibilidades de sucesso das cooperativas.

8. REFERÊNCIAS

ARAUJO, T.B. 1997. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP**, v. 11, n. 29, p.7-35.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

IBGE. 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília.

MC INTYRE, J. 1997. Proposta de modelo de formação continuada para o desenvolvimento das cooperativas agrícolas do Estado de Pernambuco. Québec, Université de Sherbrooke-Canadá. **Dissertação** de Mestrado.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. 1997. **O cooperativismo no Brasil**. Anuário do Cooperativismo 1997. Brasília; OCB.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. 2002. **O cooperativismo no Brasil**. Anuário do Cooperativismo 2002. Brasília; OCB.

PINHO, D.B. 1996. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira, Manual de Cooperativismo**. v. 3. São Paulo, CNPq.

SANDRONI, P. 1996. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Editora Best Seller.

SCHNEIDER, J.O. 1998. **Regate de aspectos da história do cooperativismo**. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 252p.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. **Cooperativa: O Que é?** [http://www.sebraemg.com.br / culturadacooperacao / cooperativismo / cooperativa%20o%20que%20e.htm](http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/cooperativa%20o%20que%20e.htm) Acesso em abril/2008.

SILVA, E.S. 2000. O Agronegócio Cooperativo e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuário em Pernambuco entre 1990 e 1998. Recife, UFRPE. **Dissertação** de Mestrado.